

À CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - (CGM)

PEDIDO DE INFORMAÇÃO NÚMERO 20170026801020533

RECURSO

(Nome Ocultado), na qualidade de solicitante, vem mui respeitosamente e dentro do prazo legal, com fundamento na Lei **12.527 de 18 de novembro de 2011**, interpor **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que o faz, requerendo sejam suas razões, em anexo, recebidas e encaminhadas à Superior Instância, para que delas tome conhecimento e lhes dê provimento.

RAZÕES DE APELAÇÃO

Trata-se de Recurso contra a resposta da Controladoria Geral do Município que tratou o pedido de informação como **reclamação\denúncia**.

Ora, considerando que a fundamentação da negativa de informação, segue a direção oposta à propugnada pela legislação, como expresso no art. 4º, incisos I e II da Lei 12.527 \ 2011:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - Documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

É de ressaltar que, a solicitante pediu informações da atividade da Unidade de Perícia Médica, referente ao serviço de marcação de Perícia médica, pois não é disponibilizado consulta online, no sítio oficial (Website) do Município. É sabido que a consulta sobre a atividade é legalmente protegida, nos termos do art.7º, inciso V da Lei 12.527 \ 2011:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

V - Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

Então, cabe dizer, que por inexistir publicação das vagas e horários dos peritos disponíveis para agendamento, foi solicitado documento expresso com as informações.

Nesse contexto, é preciso expor que a publicidade das vagas e horários de atendimento dos peritos, para agendamento é um direito fundamental, previsto constitucionalmente. Todo cidadão deve ter o direito de saber, de acordo com o livre interesse, se o órgão público, está oferecendo plena igualdade de condições de acesso ao serviço público, como garantido no art. 5º da Constituição Federal de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Vale evidenciar, que não foram solicitadas informações fora do escopo da Lei de Acesso à Informação – LAI. Ademais, no caso em tela, conforme Luís Henrique Fanan, Ouvidor-Geral da União, 2015: “O que define se uma informação é pública ou privada é o interesse”.

Desse modo, tendo em vista o objeto do pedido, documentos de marcações de Perícias do período de setembro de 2017, quais sejam: **vagas disponíveis, dia dos agendamentos dos servidores ao ligar para realizar o serviço de marcação, vagas preenchidas com os nomes dos servidores, datas e horários dos atendimentos dos Peritos**, entende-se, não se tratar de denúncia, mas de pedido de acesso à informação.

DOS PEDIDOS

- a) Ante o exposto, requer ao Senhor Controlador Geral do Município, a admissibilidade do presente e o deferimento do pedido de Acesso à Informação-LAI, por estar amparada na LEGISLAÇÃO PÁTRIA.

Termo em que

Pede deferimento.

Recife, 21 de setembro de 2017